

Brasil

Relações externas

Embarques de veículos também contribuíram para aumento de 20,6% nas vendas do mês

Commodities puxam exportações em janeiro

Cristiane Bonfanti
e Marta Watanabe
De Brasília e São Paulo

A balança comercial registrou superávit de US\$ 2,725 bilhões em janeiro, resultado de exportações que alcançaram US\$ 14,911 bilhões e importações de US\$ 12,187 bilhões.

O desempenho de janeiro é o melhor para o mês desde 2006, quando a balança registrou superávit de US\$ 2,835 bilhões, segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic). Em janeiro do ano passado o saldo comercial ficou em US\$ 915 milhões.

Em janeiro, segundo o Mdic, as exportações cresceram 20,6% sobre igual mês de 2016, pela média diária. Em relação a dezembro, houve uma retração de 6,5%. No caso das importações, houve aumento de 7,3% sobre janeiro de 2016 e de 5,7% sobre dezembro, também pela média diária.

Segundo o diretor de Estatística e Apoio à Exportação do Mdic, Herlon Brandão, a taxa de crescimento das exportações em janeiro é a maior desde 2011. Em janeiro de 2011, as exportações subiram 28,2%. Segundo ele, o governo mantém previsão de fechar 2017 com saldo próximo ao do ano passado, de US\$ 47,7 bilhões.

Para analistas, contribuíram para a alta das exportações em janeiro a antecipação do embarque de soja, a elevação na venda de carros e material de transporte, principalmente para a Argentina, e a alta de preços de commodities.

O valor embarcado de minério de ferro cresceu 124,5% em janeiro, puxado principalmente pelos preços, que subiram 113,8%. A exportação de petróleo também quase dobrou, com elevação de 97,7%,



Rafael Cagnin, do Iedi: a elevação da exportação é resultado do esforço do setor para ocupar a capacidade ociosa

como resultado de 53,3% de alta nos preços e de 29% de volume de embarque. Os dois produtos, diz José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), são emblemáticos da recuperação de preços de commodities, que beneficiou as exportações como um todo.

Ainda nos básicos, o embarque da soja em grão, um dos principais itens da pauta de exportação brasileira, aumentou 124,7%. A alta, diz Castro, foi provocada pela antecipação de embarques. Com a superávia do grão no Brasil e na Argentina, a expectativa é de queda de preços, o que tende a acelerar os embarques, explica ele.

Nos manufaturados, destaca-se a venda de automóveis de passageiros, com alta de 34,5% contra janeiro de 2016, sempre no critério da média diária. Rafael Cagnin,

economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), destaca que não só os automóveis de passageiros como outros itens de transporte, como veículos de carga e tratores, têm contribuído positivamente para a elevação de exportações. Em janeiro, esses itens ajudaram no crescimento de 7,4% na exportação de manufaturados.

A elevação da exportação é resultado, ressalta Cagnin, do esforço do setor para ocupar a capacidade ociosa, assim como a elevação da produção industrial de bens de consumo duráveis. "Embora esse aumento nem de perto seja suficiente para recompor as perdas do mercado doméstico,"

Ele lembra que os embarques do setor são principalmente intracompanhia, o que torna essas operações menos suscetíveis aos efeitos

da oscilação do dólar.

A exportação de bens da indústria automobilística e dos industrializados que são beneficiados pela recuperação de preços de commodities, diz Cagnin, têm um efeito "que não é desprezível" para a contribuição positiva do setor externo na economia. "Mas essa contribuição poderia ser maior sem a valorização mais recente da taxa de câmbio e as questões estruturais de competitividade."

Em boletim, a Rosenberg Associates destaca a "surpresa" com a alta das exportações totais em janeiro disseminada por todas as classes de produtos, mas pondera que há também influência da baixa base de comparação. As importações, destaca o boletim, tiveram em janeiro a segunda alta mensal seguida, na comparação com mesmo mês do ano anterior, após 26

Exportação em alta

Valor por fatores selecionados - em US\$ bilhões

Classe	jan/2017	jan17/jan16 (%)*
Básicos	6,79	30
Seminanufaturados	2,6	27,5
Manufaturados	5,12	7,4
Total	14,91	20,6

Recuperação das importações

(valor por categorias selecionadas - em US\$ bilhões)

Categoria	jan/2017	jan17/jan16 (%)*
Bens de capital	1,27	40,1
Bens intermediários	8,03	22,8
Bens de consumo	1,8	2,8
Combustíveis e lubrificantes	1,08	15,8
Total	12,19	7,3

Fonte: Mdic. *Variação pelo critério de média por dia útil

meses consecutivos de queda, no mesmo critério de comparação.

"Essa incipiente recuperação das importações é um bom sinal que a atividade doméstica pode estar em um melhor patamar que em janeiro de 2016. A apreciação cambial verificada nos últimos meses também atua no sentido de aumentar as importações", avalia a consultoria.

A queda dos desembarques, lembra Cagnin, do Iedi, vinha se desacelerando e apontava para a saída das variações negativas desde o segundo semestre de 2016, o que é confirmado pelo dado de janeiro, com alta de 7,3% nas compras totais do exterior. "As importações chegam à soleira da porta trazendo o impacto concorrencial", avalia. Para Cagnin, parte da elevação de importação de bens de consumo e de intermediários acontece pela reversão do processo de substituição de importação que foi permitido em alguns segmentos pelo câmbio mais desvalorizado do início do ano passado.

Castro, da AEB, tem análise semelhante. Para ele, a importação de bens intermediários e de consumo é resultado mais do câmbio do que de melhora de demanda. Ao mesmo tempo, diz ele, a importação de bens de capital continua caindo, com recuo de 40,1% em janeiro, refletindo ainda baixa intenção de investimento e de confiança para expandir produção.

Brandão, do Mdic, pondera que a queda na importação de bens de capital deve levar em conta que em janeiro de 2016 foi importada uma plataforma de petróleo de US\$ 518 milhões, o que não ocorreu este ano. Além disso, diz, as compras de bens de capital são as últimas a reagir num cenário de recuperação econômica, já que há capacidade ociosa da indústria.

"Vai aumentar a produção e esse aumento de produção demanda insumo. Então, primeiro, crescem as compras de bens intermediários. Depois de uma sinalização de que o consumo continua crescendo, cresce a compra de bens de capital", avalia Brandão.

Ministério abre consulta para acordos comerciais com Japão e Coreia do Sul

Daniel Rittner
De Brasília

Em uma nova oferta para ampliar mercados às exportações brasileiras, o governo vai ouvir empresários sobre os interesses da iniciativa privada em eventuais acordos comerciais com o Japão e a Coreia do Sul.

Uma consulta pública com prazo de 60 dias será aberta hoje pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) para mapear interesses "ofensivos" e "defensivos" do Brasil com os dois países. A ideia é ter um retrato claro, por um lado, de quais setores e produtos podem exportar mais caso haja um acordo. Por outro lado, o governo busca saber quais segmentos da economia brasileira se veem potencialmente afetados pela queda das tarifas de importação para produtos japone-

ses e sul-coreanos.

O secretário de Comércio Exterior, Abrão Araujo Neto, afirma que há engajamento do governo em abrir espaço para produtos brasileiros no exterior e integrar o país nas cadeias globais de valor. Ele frisa, no entanto, que as negociações para acordos comerciais não são um fim em si mesmo e devem ter efeitos práticos para a vida das empresas.

Por isso, diz Abrão, é tão importante saber quais as oportunidades e as necessidades de proteção identificados pela iniciativa privada. "É fundamental que tenhamos bem mapeados os interesses e sensibilidade do setor produtivo", aponta o secretário.

A escolha dos dois asiáticos para a consulta pública não é aleatória. O Mercosul já tem um "diálogo exploratório" em andamento com a Coreia. Esse mecanismo é uma sondagem infor-

mal, sem compromisso de troca de ofertas de liberalização, para ver se os dois lados veem como factível o lançamento de negociações comerciais com vistas à derrubada mútua de tarifas.

No caso do Japão, há um "diálogo" para o fortalecimento das relações econômicas, com accenos de lado a lado sobre o desejo de aprofundar a corrente de comércio. O esforço brasileiro em mapear os anseios empresariais poderá ajudar, futuramente, na elaboração de uma proposta do Mercosul aos países asiáticos.

O ministro Marcos Pereira reitera o empenho do governo em ampliar a rede de acordos comerciais e conclama o setor privado a se manifestar na consulta pública. "A participação do empresário vai nos auxiliar a construir as bases de eventuais acordos com esses mercados prioritários para o Brasil e o Mercosul", disse.

Assis Moreira
De Basileia (Suíça)

Apesar da recessão, o Brasil foi o sexto maior destino de Investimento Estrangeiro Direto (IED) em 2016, enquanto a Índia foi o décimo, mesmo sendo um emergente que cresce mais que a China com taxa média de 7% ao ano. Em 2015, o Brasil tinha sido o oitavo a atrair mais IED, e a Índia, o sétimo.

Os dados são da Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad). O Brasil registrou US\$ 50 bilhões de IED em 2016, forte queda na comparação com US\$ 65 bilhões no ano anterior. De acordo com os dados do Banco Central brasileiro, o fluxo de investimentos diretos (IDP) fechou 2016 em US\$ 78,9 bilhões, ante US\$ 75 bilhões em 2015.

A agência da ONU usa metodologia diferente, levando em conta o "princípio direcional", o fluxo de

investimento direto e posições reportadas por um país. Alguns BCs preferem o princípio de ativo/passivo (inclui investimentos feitos por uma matriz em suas subsidiárias estrangeiras, porque esses investimentos são considerados ativos em país estrangeiro).

Em Davos, o presidente do Itaú, Roberto Setubal, havia declarado que o volume de fusões e aquisições no Brasil é significativo também este ano, em razão do preço baixo de ativos de importantes companhias brasileiras que atraem o estrangeiro.

A Índia atrai US\$ 59 bilhões de IED em 2015 e caiu para US\$ 42 bilhões em 2016. A China continua a ser o terceiro país que mais atrai IED, com US\$ 139 bilhões em 2016. Os EUA estão em primeiro lugar, com US\$ 385 bilhões. Apesar do Brexit, que assustou o mundo dos negócios, o fluxo para o Reino Unido aumentou quase seis vezes e al-

cançou US\$ 179 bilhões, o segundo maior volume globalmente. A expectativa é que o Brexit tenha efeito a partir de agora nas decisões de empresas.

Como previsto, globalmente o fluxo de IED caiu 13% para totalizar US\$ 1,52 trilhão em 2016, em meio a crescimento medíocre e comércio internacional anêmico. Os países em desenvolvimento, afetados adicionalmente pela queda no preço de matérias-primas, tiveram contração de 20% no fluxo de IED, para US\$ 600 bilhões.

Para 2017, a Unctad nota que os fundamentos econômicos apontam para um potencial aumento de 10% no fluxo de IED. A entidade espera que a atividade econômica nos países desenvolvidos e entre emergentes exportadores de commodities estimule os investimentos. Mas a resalva é sobre incertezas políticas, que podem afetar o fluxo de IED no curto prazo.

Decreto cria política nacional de recuperação de florestas

Daniela Chiaretti
De São Paulo

O governo Temer deu o primeiro passo rumo ao objetivo de restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas até 2030, compromisso acertado nas negociações do Acordo de Paris, em 2015. Editou na semana passada o decreto 8972, que cria a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa, a Proveg. O caminho agora é complexo e depende de recursos financeiros e técnicos, pesquisa e até de mudas e sementes.

A meta de reflorestar 12 milhões de hectares é complexa. Equivale à metade da área do Estado de São Paulo. Para se ter ideia, calcula-se que hoje não existem no Brasil 8 milhões de hectares de florestas plantadas com pinus, eucalipto e o paricá da Amazônia.

O decreto cria uma comissão, presidida pelo Ministério do Meio Ambiente, com representantes da Casa Civil, Fazenda, Agricultura, Planejamento, Ciên-

cia e Tecnologia além dos Estados, municípios e sociedade civil.

Além do compromisso externo de reverter, há a obrigação doméstica. Pelo Código Florestal, os proprietários com dívidas ambientais precisarão recuperar suas áreas de proteção permanente (APP) e reservas legais (RL). "É preciso uma política para dar acesso a crédito e a técnicas de recomposição vegetal, que sejam eficientes e tenham menor custo", diz Everton Lucero, secretário de mudança do Clima e Florestas do MMA.

"O grande desafio que está colocado é como a gente produz florestas nativas diversas", alerta o agrônomo Rodrigo Junqueira, coordenador do Programa Xingu no Instituto Socioambiental (ISA). "São 12 milhões de hectares de restauração ecológica que devem respeitar os diferentes biomas que existem. O que está no Cerrado não é a mesma coisa que tem na Caatinga e na Amazônia", pontua. "E o que está em discussão é a restauração ecológica, não apenas florestal."

Junqueira alerta que "o Brasil não está preparado para chegar perto desta meta". "Não temos estruturas governamentais e de estímulo à produção de mudas e sementes, a base para promover um processo de restauração florestal", aponta. "Precisamos entender a restauração como uma cadeia de valor. Esperamos que a política possa dar um salto nesta direção."

Até o fim de julho, a comissão criada na Proveg tem que elaborar oficialmente um plano que diga como se chegará à meta dos 12 milhões de hectares. Será a hora de finalmente tirar da gaveta o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa, conhecido por Planaveg, e que existe desde a gestão da ex-ministra Izabella Teixeira.

A política é o início do processo, mas é preciso responder agora quais as linhas de crédito que poderão ser usadas, como será o acesso a sementes, qual a melhor tecnologia, onde estão as mudas, qual assistência técnica será oferecida e assim por diante.

"O importante, na nossa visão, ao recuperar áreas de vegetação permanente é que esta atividade não seja entendida como algo que gere apenas custos e congele parte da propriedade, mas que estimule o uso sustentável e produza uma economia e alinhada aos objetivos do Acordo de Paris", diz Lucero.

O custo de implementação foi estimado entre R\$ 31 e R\$ 52 bilhões, segundo estudos do Instituto Escolhas e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

"A ideia é ajudar a levantar a importância desta agenda. Ajudar cada ministério a priorizar o tema", diz Carlos Alberto Scaramuzza, diretor do departamento de conservação de ecossistemas, da Secretaria de Biodiversidade do MMA.

Scaramuzza diz que o plano tem oito estratégias — de mobilização, criação de mercados para produtos florestais, linhas de crédito, pesquisa e monitoramento, além de produção de mudas e sementes. "Não sabemos ainda se vai decolar. Temos que dar um passo adian-



Everton Lucero: "Acesso a crédito e a técnicas de recomposição vegetal"

te na implementação em larga escala", diz Marco Lentini, líder de florestas do WWF. "Temos experiências prévias úteis, como o que foi feito na Mata Atlântica", diz.

O decreto cria uma instância de governança e busca coordenar

ações de várias pastas. "Cria o ambiente político para a restauração, o que é muito bem-vindo. Mas é preciso ver como avançar na implementação, chegar aos Estados e municípios e coordenar com as outras políticas de governo."